

Timor-Leste

Em 2015, foram moderados os progressos de Timor-Leste no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. A Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego aumentou significativamente o número de inspecções laborais levadas a cabo em todo o país, de 10 inspecções em 2014 para 991 em 2015. Ademais, o governo divulgou os resultados do segundo Inquérito Integrado à Força Laboral de Timor-Leste, o qual incluiu, pela primeira vez, dados relacionados com o trabalho infantil. Com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, o governo empenhou-se na elaboração de um inquérito nacional sobre trabalho infantil e trabalho forçado que proverá informações detalhadas relativas à prevalência e natureza destas questões em Timor-Leste. Contudo, há crianças envolvidas no trabalho infantil em Timor-Leste, incluindo na agricultura. Embora a Comissão Nacional contra o Trabalho Infantil (CNTI) tenha elaborado um anteprojecto de Decreto-Lei estipulando as profissões e actividades interditas para crianças, este anteprojecto não foi ainda promulgado, deixando as crianças vulneráveis ao envolvimento em trabalhos perigosos. A escassez de recursos financeiros e humanos dificulta a aplicação das leis relacionadas com as piores formas de trabalho infantil por parte dos inspetores e investigadores, principalmente nas áreas mais remotas do país.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Timor-Leste.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Certificar-se de que a legislação proteja crianças menores de 17 anos contra as piores formas de trabalho infantil, nomeadamente trabalhos perigosos, exploração sexual comercial, envolvimento em actividades ilícitas e trabalho forçado.	2013 – 2015
	Adoptar o anteprojecto de decreto-lei pendente para estipular as profissões perigosas e actividades proibidas para crianças.	2012 – 2015
	Garantir que as disposições contidas na lei relativas ao trabalho leve sejam específicas o suficiente para impedir o envolvimento de crianças em trabalho infantil.	2015
Fiscalização	Disponibilizar publicamente informações relacionadas com o número de inspecções laborais realizadas nos locais de trabalho e as documentais.	2015
	Aumentar o número de inspetores do trabalho responsáveis pela execução das leis relacionadas com o trabalho infantil para garantir uma cobertura adequada da força de trabalho.	2014 – 2015
	Afectar os recursos para realizar inspecções e investigações laborais adequadas em todo o país, sobretudo fora de Díli.	2012 – 2015
	Garantir que os novos investigadores recebam formação apropriada sobre as piores formas de trabalho infantil no início do exercício das suas funções.	2015
Coordenação	Garantir que os mecanismos designados para a coordenação das actividades do governo de combate ao tráfico sejam activamente empregues neste esforço.	2015
Políticas do governo	Integrar as estratégias de eliminação e prevenção do Trabalho Infantil nas políticas existentes.	2014 – 2015
	Finalizar o Plano de Acção Nacional contra o Trabalho Infantil .	2012 – 2015
	Finalizar o Plano de Acção Nacional contra o Tráfico de Pessoas.	2012 – 2015